

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009. 509 p. \*

Francismar Alex Lopes de Carvalho\*\*

---

A promoção de lideranças indígenas e a busca da sua colaboração com o sistema colonial, mediante a ação de vários tipos de dispositivos de poder, constituíram um fenômeno marcante da experiência dos Guarani no espaço das missões. Tal experiência, longe de se caracterizar pela passividade, foi antes capitalizada pelos mesmos caciques a fim de requisitar benefícios da administração colonial, manter relações com populações do entorno das missões e manejar uma complexa atualização de suas tradições culturais. Fruto de ampla pesquisa documental e bibliográfica, o livro de Guillermo Wilde procura problematizar o processo de formação de lideranças indígenas entre os Guarani missioneiros, e sugere que os caciques não somente tiveram papel importante na formação dos *pueblos*, mas também interferiram no tipo de poder instaurado ali pelo sistema colonial: “ocupando cargos en instituciones coloniales como los cabildos que se impusieron en todos los pueblos misionales”, afirma o autor, “fueron sujetos activos en la incorporación y transformación de categorías e instituciones” (p. 23-24). Ao atuarem, de um lado, como reguladores das relações entre o interior do espaço missioneiro e o exterior, a vizinhança com colonos espanhóis e portugueses, índios não reduzidos e demais *pueblos*; e de outro, ao manejarem a relação entre o antes e o depois, entre “*el ser infiel*” e “*el ser cristiano*”, as lideranças indígenas (cujo poder era delegado pela própria colonização) contribuíam para a reconstrução e manipulação de identidades e relações políticas com os poderes coloniais.

A hipótese apresentada pelo autor sugere uma importante modificação na compreensão que temos da chamada política de “duas repúblicas”, leis e diretrizes do império espanhol que zelavam pela separação espacial entre os *pueblos* de índios e os grupos que viviam em seu entorno, separação menos eficaz do que a que os jesuítas tentaram difundir. O espaço das missões era heterogêneo, permeável, e os índios mantinham relações em âmbito mais amplo, que configuravam suas redes de parentes, alianças e memórias. Havia, assim, o que o autor chama de

---

\* Texto recebido em 09 de dezembro de 2010 e aprovado em 18 de dezembro de 2010.

\*\* Doutorando em História Econômica – USP. Bolsista Capes.

“*horizontes de interacción*” (p. 124) para além do traçado urbano regular do *pueblo*, cenário de intercâmbios políticos e sociais fortemente ligados por laços de parentesco e reciprocidade.

Para empreender essa análise, Wilde elabora a noção de “*etnogénesis misional*”, que reforça a ideia de que as culturas indígenas, nas missões, se fizeram sobretudo a partir dos contatos com o exterior, da criação de categorias étnicas e políticas em oposição aos outros grupos, e da consolidação de um novo sistema de poder, os *cabildos indígenas*. Fica clara, já de partida, a confrontação com análises essencialistas como as de Pierre e Hélène Clastres (sobretudo o livro desta última: *Terra sem mal*, São Paulo, Brasiliense, 1978), criticados por quererem ver a oposição entre caciques e xamãs como um fator transistórico na trajetória dos Guarani, força negadora da centralização política. Ora, retomando os estudos de Carlos Fausto, o autor lembra que não havia, entre os Guarani, qualquer tradição de oposição entre caciques e xamãs, e que esta passou a existir dentro dos quadros do sistema colonial, na medida em que autoridades coloniais e jesuítas passaram a delegar poderes ao “*liderazgo político*” e estigmatizar os pajés, vistos como “*hechiceros*” pelos missionários, que se pretendiam “administradores exclusivos de lo sagrado” (p. 88).

Outro aporte teórico introduzido pela obra que se nota na seleção das fontes e na disposição da narrativa é a noção de “drama social” de Victor Turner, segundo a qual eventos críticos de irrupção das tensões sociais de uma comunidade podem ser pensados como ocasiões privilegiadas de disputas de recursos, em que se põem em cena tradições e expectativas que informam as ações sociais. Esses aportes, somados a uma visão atenta do simbólico e das relações de parentesco, alicerçam o empreendimento de reconstituir os mais de 200 anos de experiência dos Guarani em missões, desde a constituição dos primeiros *pueblos* no início do século XVII até a primeira metade do século XIX, momento de sua desarticulação.

Os primeiros três capítulos apresentam uma análise das estruturas de poder, promotoras da hierarquização do espaço e da disciplinarização do tempo: *cabildos* indígenas, traçado urbano e disciplina de trabalho. A burocracia indígena que participava da gestão dos *pueblos* estava inserida em um dispositivo ao mesmo tempo *instituído* (a Coroa Espanhola detinha o “poder de delegación del poder” [p. 61]) e *instituinte* (não desprovido de espaços de negociação, ambiguidade e requisição de vantagens). Nesse sentido, o *cabildo* indígena “*instituye, consagra y actualiza un orden político en el que los líderes nativos han negociado una posición a la vez*

subordinada y ventajosa” (p. 81). Nesses espaços de ambiguidade, não eram poucos os Guaraní que desertavam de seus *pueblos* e buscavam refúgio nas *tolderías* de “índios bárbaros”, a exemplo dos Minuano, ao passo que os *conchabos*, trabalhos eventuais para espanhóis, dispersavam índios pelas fazendas. A capacidade de atualizar antigas tradições em um novo contexto não parece ter-se perdido, por exemplo, quando realizavam oferendas nas cerimônias de lamentação dos mortos ou introduziam signos “antigos” em representações de anjos. Em síntese, permeabilidade espacial e reversibilidade temporal, abertura para fora e para o antes, conduziam à heterogeneidade e a comportamentos de duplicidade, mas não ao abandono das antigas práticas.

A segunda parte do livro (capítulos 4 a 8) procura revisar alguns eventos críticos da experiência dos Guaraní nas missões, como a Guerra Guaranítica, a expulsão da Companhia e as tentativas de integração colonial pós-jesuítica. O autor introduz na análise da Guerra Guaranítica alguns elementos sugestivos que abrem perspectivas para novas abordagens. Escapando às visões unilaterais do processo, procura dar atenção tanto às ações dos espanhóis quanto às dos portugueses: ao passo que alguns caciques eram seduzidos por ofertas de tratados de paz de Gomes Freire de Andrade, outros remetiam cartas às autoridades espanholas, nas quais reforçavam sua fidelidade ao rei católico e reclamavam que não se quebrassem as antigas promessas. Essas cartas de caciques revelam, ademais, como foram decisivas, para que os índios se preparassem para a guerra, as múltiplas relações de parentesco e reciprocidade que os *pueblos* mantiveram mutuamente e com grupos não reduzidos.

Após a expulsão dos jesuítas em 1767, o predomínio de critérios de eficiência econômica não deixou de contrariar a lógica da reciprocidade. A maior frequência com que passaram a ser registrados fenômenos como a “*bechicería*”, mortes por envenenamentos, culto de antepassados através da conservação de ossos, etc., decorria do crítico contexto pós-jesuítico, período caracterizado por elevação do rigor na exploração do trabalho, diminuição da população como resultado de epidemias e fugas e descuido daquelas atividades cerimoniais que aglutinavam a população. A interpretação sutil que o autor dá às fontes pós-jesuíticas que rememoravam as práticas da religiosidade ancestral permite sugerir que ela não fora solapada mesmo à época dos jesuítas, que as dissimulavam.

Pode-se dizer, ademais, que não ocorreram como esperado pela Coroa Espanhola nem a constituição de um novo sistema de governo nas

missões nem a pretendida integração daquele território ao sistema colonial. Entre 1767 e 1800, a população dos *pueblos* caiu em 50%. Os principais motivadores foram fugas e epidemias. As deserções tinham por destino os centros urbanos; a Banda Oriental, de onde os portugueses se esforçavam em atraí-los (mediante dádivas, bebida, posse dos bens e promessas de salários); o espaço rural da região, onde se podiam *conchabar* como assalariados em atividades agrícolas, de construção, condução ou pecuária; as *tolderías* de “índios infieis” ou outros *pueblos misioneros*. Nesse quadro, ao passo que os “espanhóis” pretendiam entrar nos *pueblos* para adquirir terras, os Guaraní pretendiam escapar aos rigores do trabalho comunal e inserir-se nas atividades econômicas que pudessem ter algum retorno para si, o que levava ambos a recorrerem às relações de parentesco.

A última parte do livro, composta pelos capítulos 9º, 10º e 11, aborda a vida dos Guaraní nos *pueblos* durante as primeiras décadas do século XIX. Trata-se de pensar a atuação e as respostas dos índios às expansões deflagradas nos processos de independência. Em 1810, as missões foram assediadas por realistas do Paraguai (em seguida pelo Dr. Francia), portugueses da Banda Oriental, realistas (depois artiguistas) do Uruguai e revolucionários de Buenos Aires. Foco da competição de diversas forças políticas, a lealdade dos Guaraní e a soberania sobre suas terras não eram uma preocupação menor de caudilhos que, como José Artigas, procuravam construir boas relações de reciprocidade com caciques. Estava em curso o processo de destruição dos *pueblos*, através da entrada de *criollos*, migrações, mestiçagem e recusa em se identificar como “índios”.

O estudo de Wilde vem se somar às sínteses já disponíveis – em que se destaca outro livro bastante inovador do ponto de vista teórico e metodológico, *The Guaraní under Spanish rule in the Río de la Plata* (Stanford: Stanford University Press, 2003), de Barbara Ganson – sobre a história multissecular da experiência dos Guaraní em missões. A esse campo de pesquisa acrescenta, a meu ver, duas contribuições muito fortes. A primeira é um olhar atento às relações de poder, vale dizer, às estratégias de que se valeram os caciques Guaraní para manter, apesar das pressões imperiais que os lançaram em eventos críticos, uma capacidade de regular tanto a permeabilidade do espaço missioneiro, assegurada por vínculos de parentesco e reciprocidade, quanto a reversibilidade temporal, a abertura para comportamentos ambíguos que não eram nem tanto o retorno ao antigo nem a adoção irrestrita do novo. Essa importante hipótese nos faz repensar a política de “duas repúblicas” que o sistema colonial espanhol

procurou sustentar desde as Ordenanças de 1573, e cujas permeabilidades nunca pôde estancar, como sugeriu Magnus Mörner em trabalho clássico (*La Corona Española y los foráneos en los pueblos de indios de América*, Madrid, Cultura Hispánica, 1999). A segunda contribuição é de método. Está visto que a experiência de populações indígenas afetadas por dois impérios (e depois por diversos Estados independentes) que competiam pela posse dos territórios e pela lealdade de seus habitantes só pode ser compreendida em uma perspectiva que escape aos enfoques unilaterais, característicos das análises “nacionalistas”. Assim como é possível dar voz ao máximo possível de atores envolvidos no problema considerado, também é razoável fugir às respostas simples que, embora mais amenas, tendem por isso mesmo a escamotear a heterogeneidade e as interações tão decisivas para os *pueblos* missioneiros, complexidade admiravelmente reconstituída no presente volume.



